

Mercado de trabalho na construção civil brasileira: uma abordagem comparativa entre homens e mulheres¹

Luís Abel da Silva Filho²
Silvana Nunes de Queiroz³
Fábio José Ferreira da Silva⁴

Resumo: a discriminação por sexo no mercado de trabalho brasileiro é ratificada em diversos estudos que versam acerca da temática. Alguns observam a segmentação, diferença salarial, bem como a distribuição da força de trabalho por setor de atividade econômica, distinta entre homens e mulheres. Tais estudos revelam maior concentração de mulheres em atividades de serviços, e com menores participações em atividades econômicas de maior prestígio. Diante disso, este artigo pretende analisar a participação feminina na construção civil brasileira. A investigação se justifica pelo fato deste setor tipificar como um “*gueto*” masculino, além de serem poucos os estudos que versam sobre essa temática. Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE, tratando, portanto, dos postos de trabalho formais. Metodologicamente, recorre-se a uma revisão de literatura e, em seguida, a construção de indicadores de participação segundo características demográficas, socioeconômicas e ocupacionais. Os principais achados revelam que as mulheres são minoria na construção civil brasileira, mas houve aumento na participação relativa feminina superior à masculina, entre 2002 e 2012. Contudo, mesmo com elas se posicionando nas melhores faixas de escolaridades e ocupando os mesmos postos de trabalho em relação aos homens, a mulher brasileira empregada na construção civil auferiu menor rendimento. Destarte, conclui-se que permanece a discriminação por sexo, ocupacional e salarial na atividade da construção civil no Brasil.

Palavras-chave: mercado de trabalho formal, construção civil, mulheres.

¹ Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima, Peru, del 12 al 15 de agosto de 2014

² Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Pesquisador Bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – PROMOB/PNDR. abeleconomia@hotmail.com

³ Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. silvanaqueirozce@yahoo.com.br

⁴ Analista do Banco Central do Brasil. silva.fabio11@hotmail.com

Mercado de trabalho na construção civil brasileira: uma abordagem comparativa entre homens e mulheres⁵

1. Considerações iniciais

A participação feminina no mercado de trabalho é resultado do avanço nas condições de vida da mulher em sociedade. Durante séculos o papel ocupado por mulheres foi limitado aos cuidados familiar, sem, contudo, ultrapassar as barreiras impostas ao desenvolvimento de atividades no âmbito externo. Nessa conjuntura, o trabalho como evolução da condição social feminina era significativamente limitado.

O avanço da participação feminina na vida política e social é resultado de lutas ingentes das mulheres em buscas de direitos que lhes foram negados por muitos anos. A condição social dignificada no trabalho foi, sem dúvida, o grande avanço nas lutas por direitos de igualdade por elas almejados (ABRAMO, 1997). Todavia, ainda há elevada desigualdade de gênero nas relações de trabalho que se traduzem na menor participação feminina em postos de trabalhos mais atraentes, do ponto de vista da projeção social (SILVA FILHO & CLEMENTINO, 2011).

Além disso, há relativo consenso na literatura de que mesmo com o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, elas ocupam espaço em atividades de menor projeção (MELO & SOARES, 2006). Desta feita, ainda há segmentação no mercado de trabalho e a participação delas acontece com maior ímpeto em atividades de cuidados (BRUSCHINI & LOMBARDI, 2000), com menores possibilidades de ascensão social, em alguns casos.

⁵ Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima, Peru, del 12 al 15 de agosto de 2014

Cabe enfatizar que no Brasil a maior participação feminina no mercado de trabalho é registrada em vários setores de atividades econômicas que antes eram segmentadas pela mão de obra masculina (BRUSCHINI, 2007; MELO & SOARES, 2006). Mesmo que se tenha registro de maior participação masculina em algumas atividades, cabe enfatizar que as taxas de crescimento das mulheres ocupadas nessas atividades tem se mostrado superior a dos homens em muitas delas (GONÇALVES *et al.*, 2004).

No caso brasileiro, o avanço da participação da mulher em atividade predominantemente desenvolvida por homens é consenso na literatura (WAJNMAN & PERPÉTUO, 1997; BRUSCHINI & LOMBARDI, 2000; LEONE, 2003; BRUSCHINI, 2006; 2007; LEONE & BALTAR, 2010). Ademais, também é consenso que elas enfrentam discriminação sexual e, são majorias em atividades de cuidados, mesmo com participação crescentes em cargos de chefia (BRUSCHINI, 2007). Além disso, em setores de atividades segmentados pela mão de obra masculina, elas estão em constante avanço. Porém, são minorias (SILVA FILHO & QUEIROZ, 2013).

Na literatura, são muitos os trabalhos que tratam da maior participação das mulheres brasileiras em atividades sobremaneira de caráter masculino (BRUSCHINI, 2007). Alguns observam a participação das mulheres na indústria (SILVA FILHO & QUEIROZ, 2013), agropecuária (SILVA FILHO *et al.*, 2012), atividades de chefia e direção (BRUSCHINI, 2007), bem como atividades de cuidados (BRUSCHINI & LOMBARDI, 2000). Todavia, é escassa a produção que aborde o papel desenvolvido por mulheres na construção civil brasileira – “*gueto*” masculino.

Nesse contexto, este artigo pretende analisar e comparar a participação masculina e feminina no mercado de trabalho na construção civil brasileira. O fato de esta atividade ser, em sua maioria, realizada por homens, faz com que o estudo se justifique. Ademais, pretende-

se compreender melhor a participação feminina em um setor caracterizado, em grande parte, por atividades que exigem esforço físico para o desenvolvimento do trabalho.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo encontra-se estruturado assim: além das considerações iniciais, a segunda seção recorre à produção científica brasileira para mostrar o desempenho das mulheres no mercado de trabalho; na terceira seção, traçam-se algumas considerações metodológicas para atingir o objetivo do estudo; em seguida, apresentam-se informações acerca inserção feminina no mercado de trabalho formal na construção civil brasileira, segundo características demográficas, socioeconômica e ocupacional; na quinta seção, faz-se a análise acerca da variação por grupo demográfico e socioeconômico; e, por último, tecem-se as considerações finais.

2. A mulher no mercado de trabalho brasileiro

No Brasil, embora lentamente, é evidente o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho nas últimas décadas. Em termos de População Economicamente Ativa – PEA, registraram-se, em 2003, 44,4%, elevando-se sutilmente para 46,1% em 2011 (IBGE, 2012). Quanto à ocupação, o IBGE registrou 43,0% no primeiro anos (2003) e 45,4% no segundo (2011) ano. É, portanto, evidente o aumento da participação feminina na oferta de mão de obra no mercado de trabalho brasileiro (ABRAMO, 1997, BRUSCHINI, 2007).

A maior participação nas decisões políticas, sociais e econômicas (ABRAMO, 1997; BUSCHINI & LOMBARDI, 2000; BRUSCHINI 2006); independência financeira – maior participação feminina na chefia de domicílios (BRUSCHINI & LOMBARDI, 1996; BRUSCHINI & LOMBARDI, 2000; WAJNMAN & PERPÉTUO, 1997; WAJNMAN *et al.*, 1998; LEONE, 2003; BRUSCHINI, 2006; 2007; LEONE & BALTAR, 2010); questões demográficas – elevação da expectativa de vida ao nascer e redução da taxa de fecundidade

(BILAC, 1994; BERQUÓ & CAVENAGHI, 2004; BRUSCHINI, 2007) – tem contribuído para o maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

Adicionalmente, é oportuno destacar que ainda há seletividade no mercado de trabalho brasileiro no que concerne ao sexo. Estudos mostram que as mulheres têm salários relativamente inferiores ao dos homens (BRUSCHINI & PUPIN, 2004; MELO & SOARES, 2008; BRUSCHINI, 2007). Além disso, mesmo ocupando os mesmos postos de trabalho, há diferença salarial (BRUSCHINI & PUPIN, 2004). Ademais, existe seletividade em relação às ocupações, sendo elas maioria na informalidade, bem como nas profissões de menor projeção social (GONÇALVES *et al.*, 2004; LEONE & BALTAR, 2010; SILVA FILHO & CLEMENTINO, 2011).

Destaque-se que mesmo com a elevação da participação feminina em postos de trabalhos anteriormente segmentados pela força de trabalho masculina (ABRAMO, 1997; SORJ, 2000; BRUSCHINI, 2007), elas ainda enfrentam dificuldades em vários setores de atividade econômica. No mercado de trabalho formal brasileiro, elas são maioria apenas no setor de serviços⁶. Além do mais, nas atividades intensivas em trabalho ou esforço físico, ou ainda, as que demandam mão de obra menos escolarizada, elas são minorias, restando atividades de âmbito doméstico, quando o perfil é o de baixa escolaridade (SILVA FILHO, 2011).

Na agropecuária, as mulheres são minoria em relação aos homens. Silva Filho *et al.* (2012) mostraram que nas atividades de cultivo de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, elas têm participação inferior a 15%. Mesmo com a ação sindical destacada por Novaes

⁶ Considerando-se a classificação dos grandes setores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a saber: indústria, construção civil, serviços, comércio e agropecuária.

(2007)⁷, a menor participação delas resulta em seletividade do setor em optar por mão de obra com maior força física, destituindo-as dos postos de trabalho.

Na construção civil, Silva Filho e Queiroz (2013) mostram que é baixa a participação das mulheres ocupadas. Nesses setores com predominância do esforço físico, o mercado de trabalho se torna seletivo e a participação feminina é menor em relação aos outros setores. Porém, é oportuno enfatizar que há necessidade de possibilitar a entronização de mulheres nesses setores, haja vista que em muitos casos, o bloqueio ao ingresso é de natureza do empregador, não se constituindo em escolhas por parte delas. Nesse âmbito se faz oportuno observar a participação e a variação das ocupadas na construção civil brasileira, buscando entender a dinâmica do trabalho em tal setor.

3. Considerações metodológicas

Muitos são os estudos acerca da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro (BRUSCHINI & LOMBARDI, 2000; WAJNMAN & PERPÉTUO, 1997; LEONE, 2003; BRUSCHINI, 2006; 2007; LEONE & BALTAR, 2010; SILVA FILHO & QUEIROZ, 2013). Alguns abordam o crescimento da participação feminina (GONÇALVES *et al.*, 2004; BRUSCHINI, 2007) e outros observam o comportamento do mercado de trabalho no que concerne à geração de emprego para mulheres (WAJNMAN & PERPÉTUO, 1997; GONÇALVES *et al.*, 2004). Adicionalmente, estudos comparativos mostram a evolução da participação feminina, levando em consideração a estrutura ocupacional (SILVA FILHO *et al.*, 2011).

No contexto aqui apresentado, este artigo pretende analisar o comportamento (participação e variação) das mulheres ocupadas na construção civil brasileira. A motivação

⁷ Conforme Novaes (2007), alguns sindicatos de cortadores de cana-de-açúcar no estado de São Paulo instituem participação mínima de 10,0% de cada equipe para o sexo feminino, procurando ocupar as mulheres que acompanham seus cônjuges no corte de cana.

decorre de esta atividade ser tradicionalmente segmentado pela mão de obra masculina, e demandar, sobretudo, mão de obra com habilidades laborais e esforço físico diferenciado.

A fonte de dados é a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE. Assim, o estudo contempla os postos de trabalhos formais – estatutários, militares e aqueles sobre o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Nesse caso, ficam de fora da análise os ocupados informais na construção civil brasileira, não implicando na falta de mérito da investigação.

O recorte temporal compreende os anos de 2002 e 2012, intervalo utilizado para captar as mudanças mais recentes na participação dos indivíduos no mercado de trabalho por setor, característica demográfica e socioeconômica. A escolha do primeiro ano deve-se ao ponto inicial para a análise de uma década, uma vez que a disponibilidade de informações junto ao MTE mais recente é o ano de 2012. Por sua vez, a construção civil foi o setor que apresentou a maior variação em ocupação na última década⁸, sendo considerado para observar se a participação feminina também variou na mesma direção.

Para tanto, busca-se comparar por característica demográfica e socioeconômica da força de trabalho formalmente ocupada no referido setor. Nesse sentido, busca-se observar a participação do grupo *i* (ocupados na construção civil segundo o tamanho do estabelecimento – micro pequeno, médio e grande⁹; sexo – masculino e feminino; faixa etária – até 17 anos, de 18 a 24, de 25 a 29, de 30 a 39, de 40 a 39, de 50 a 64, 65 ou mais anos; tempo no emprego – menos de um ano, mais de um e menos de dois anos, mais de dois a menos de três, mais de três a menos de cinco, mais de cinco a menos de dez e mais de dez anos; escolaridade – analfabetos, até o 5º ano incompleto do ensino fundamental, 5º ano completo do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto, ensino superior

⁸ Ver, por exemplo, SILVA FILHO & QUEIROZ, 2013.

⁹ A classificação de tamanho do estabelecimento segue a do SEBRAE, a saber: micro – até 19 ocupados; pequeno – de 20 a 99; médio – de 100 a 499; grande – mais de 500 ocupados.

completo, mestrado e doutorado; remuneração média – até 1,0, mais de 1,0 a 2,0, mais de 2,0 a 4,0, mais de 4,0 a 7,0 mais de 7,0 a 10, mais de 10 a 15 e mais de 15 salários mínimos) e a população total ocupada no setor PO_{ij} .

Destarte, utilizam-se expressões simples, porém suficientes para o que se propõe. Assim, descreve-se, a saber:

$$PO_{ij} = \left[\left(\frac{PO_{ij}}{PO_{ij,t}} \right) \right] \quad (1)$$

Em que,

PO_{ij} = participação de ocupados do grupo i no setor j ;

$PO_{ij,t}$ = participação total de ocupados no setor j ao longo do tempo.

Em consonância com a ideia de que quanto maior a participação de mulheres ocupadas no setor em questão, já que é segmentado pela mão de obra masculina, melhor. O indicador sugere que quanto maior for essa relação, melhor. No entanto, é pertinente enfatizar que o caráter da variável pode mudar a interpretação da relação.

Desta feita, assume-se que: para a variável participação de mulheres ocupadas na construção civil, quanto maior, melhor¹⁰; participação de ocupadas nos maiores estabelecimentos¹¹, quanto maior, melhor; participação de mulheres juvenil, jovens e idosas¹², quanto maior, pior; participação de mulheres com baixo nível de escolaridade, quanto maior,

¹⁰ Considera-se que quanto mais mulheres ocupadas em “*guetos*” masculinos, melhor.

¹¹ Nos grandes estabelecimentos existem mais fiscalizações do trabalho e, além disso são eles os que oferecem maiores oportunidades de ascensão da mão de obra.

¹² Por ser considerado trabalho/intensivo e de grande necessidade de esforço físico, no mais das vezes, consideram-se que quanto mais mulheres no perfil especificado, pior.

pior; participação de mulheres auferindo rendimentos em até 2,0 salários mínimos, quanto maior, pior.

No que se refere à variação, esse é um indicador de suma importância para registrar a evolução e/ou retração de um grupo qualquer no mercado de trabalho de um setor específico. Através de um cálculo simples, é possível quantificar esses valores e avaliar os resultados no contexto da dinâmica do mercado de trabalho.

Sejam O_{it0} e O_{it1} os ocupados no início t_0 e no final do período t_1 na atividade produtiva j . Em termos de crescimento tem-se que:

$$\alpha_T^t = \left[(Po_{t1f}^{ij} / Po_{t0i}^{ij}) * 100 - 100 \right] \quad (2)$$

Em que,

α_T^t = crescimento da participação do grupo i no período t .

Po_{t1f}^{ij} = participação de ocupados do grupo i no setor j no período final.

Po_{t0i}^{ij} = participação de ocupados do grupo i no setor j no período inicial.

Para fins deste estudo, a variação também vai assumir as mesmas hipóteses traçadas para a participação de cada grupo. Destarte, tem-se que: para a variável participação de mulheres ocupadas na construção civil, quanto maior, melhor; participação de ocupadas nos maiores estabelecimentos, quanto maior, melhor; participação de mulheres juvenil, jovens e idosas, quanto maior, pior; participação de mulheres com baixo nível de escolaridade, quanto maior, pior; participação de mulheres auferindo rendimentos em até 2,0 salários mínimos, quanto maior, pior.

Diante das especificações metodológicas, busca-se analisar os resultados, à luz da interpretação vigente na literatura acerca da mulher no mercado de trabalho, sempre que pertinentes ratificados os achados com as abordagens convergentes e propondo novas análises, a partir das divergências registradas ao longo do estudo.

4. Inserção feminina no mercado de trabalho da construção civil no Brasil

Essa seção busca analisar comparativamente o mercado de trabalho na construção civil brasileira, considerando-se o sexo e a região dos ocupados. Conforme observado na Tabela 1, mais da metade dos ocupados (52,7%) e das ocupadas (55,5%) no primeiro ano (2002) concentravam-se no Sudeste brasileiro – região de maior dinamismo econômico. As menores participações foram registradas no Norte e no Centro-Oeste¹³, tanto para homens quanto para mulheres.

A dinâmica econômica regional tem elevada influencia na geração de postos de trabalho no setor da construção, haja vista que é preponderantemente atuante em infraestrutura e habitação. Destarte, tais ações dependem de demanda social e das ações políticas em investimentos produtivos e/ou infraestrutura local, bem como elevação do nível de renda da população.

Tabela 01: Número de ocupados na construção civil segundo o sexo e a grande região - 2002/2012

Região	2002				2012			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Norte	51.401	5,0	3.286	4,3	175.348	6,8	17.479	7,3
Nordeste	195.126	19,0	13.360	17,4	585.104	22,6	50.074	20,8
Sudeste	542.662	52,7	42.677	55,5	1.256.911	48,5	121.991	50,7
Sul	160.890	15,6	11.417	14,8	358.127	13,8	30.393	12,6
Centro-Oeste	79.337	7,7	6.194	8,1	216.414	8,3	20.729	8,6
Total	1.029.416	100,0	76.934	100,0	2.591.904	100,0	240.666	100,0

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

¹³ Regiões que apresentam grande destaque para o setor agropecuário, sobretudo o Centro Oeste.

No segundo ano (2012), observa-se dinâmica semelhante a observada no primeiro. Contudo, cabe destacar a perda de participação relativa do Sudeste, tanto para a mão de obra masculina quanto para a feminina. No entanto, no país, mais de 50,0% das ocupadas na construção civil permanecem trabalhando no Sudeste. No Nordeste, registraram-se ganhos na participação relativa de homens e mulheres ocupadas quando se alude o primeiro ao último ano. Nessa região, as obras de infraestrutura possibilitadas pelo Plano de Aceleração e Crescimento – PAC, bem como a oferta de moradias populares foi fundamental para o crescimento do setor nos últimos anos. Ademais, cabe destacar que, embora, levemente, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ganham participação tanto para homens quanto para mulheres, o Sudeste e o Sul perdem.

Analisando a taxa de participação dos ocupados no mercado de trabalho da construção civil por região do país, é notável a preponderância da mão de obra masculina em detrimento da feminina nos anos em tela (Gráfico 01).

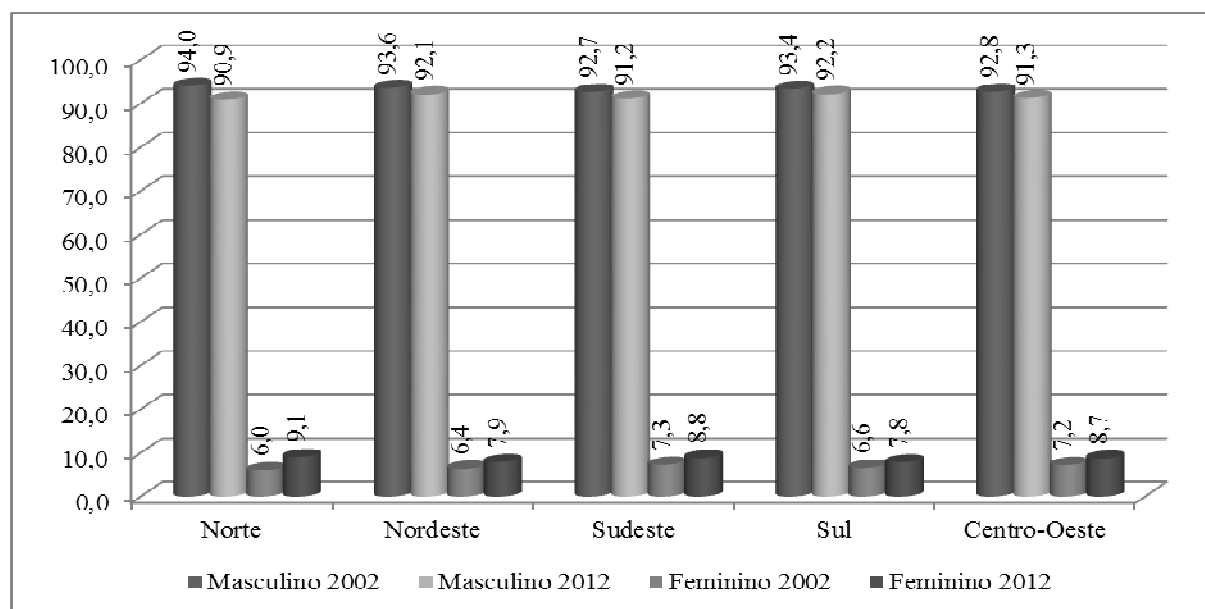


Gráfico 01: participação relativa de ocupados na construção civil brasileira segundo a região e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Conforme Bruschini (2007), Melo & Soares (2006), os setores que se constituem guetos masculinos mantêm sua situação mesmo com leve redução do reduto. Assim, conforme os dados plotados no Gráfico 01, os homens são mais de 90,0% dos ocupados no setor em todas as regiões brasileiras e em todos os anos observados. No entanto, é oportuno destacar que cresce relativamente a participação feminina em todas as regiões em análise, convergindo com Gonçalves *et al.*, (2004) e Silva Filho & Queiroz (2013).

Segundo o Gráfico 01, a região Norte apresenta queda substancial dessa diferença, já que as mulheres ocupavam 6,0% dos postos de trabalho do setor no primeiro ano e elevam-se para 9,1%. Além do mais, foi nessa região que se registrou a maior participação feminina na construção civil em 2012. No Sudeste e no Centro-Oeste as participações foram relativamente próximas, assim como no Nordeste e no Sul do Brasil. Além do mais, os dados mostram que a construção civil é um “*gueto*” masculino e as possibilidades de trabalhos executados por mulheres ainda são sobremaneira reduzidas.

Observando a condição de ocupação por tamanho de estabelecimento (Gráfico 02). Constata-se que o micro e o pequeno estabelecimento perdem participação relativa tanto de homens quanto de mulheres ocupadas, quando comparado o primeiro ao último ano do recorte temporal. No médio estabelecimento também se registra perda de participação da força de trabalho masculina, porém com ganho relativo da feminina.

O destaque do setor de construção civil no Brasil aconteceu para o grande estabelecimento. Nesse setor, tanto houve ganho de participação para homens quanto para mulheres ocupadas. A expressividade dos dados mostra que no primeiro ano, 13,4% dos homens estavam nesse tipo de estabelecimento, e a participação feminina era mais acentuada (19,3%). No ano de 2012, eleva-se a participação masculina para 24,2% e a feminina para 29,5%. Essa dinâmica está consoante com Silva Filho & Queiroz (2013), que mostraram a

contratação de empresas de grande porte para a construção de grandes obras de infraestrutura, a partir das ações do PAC.

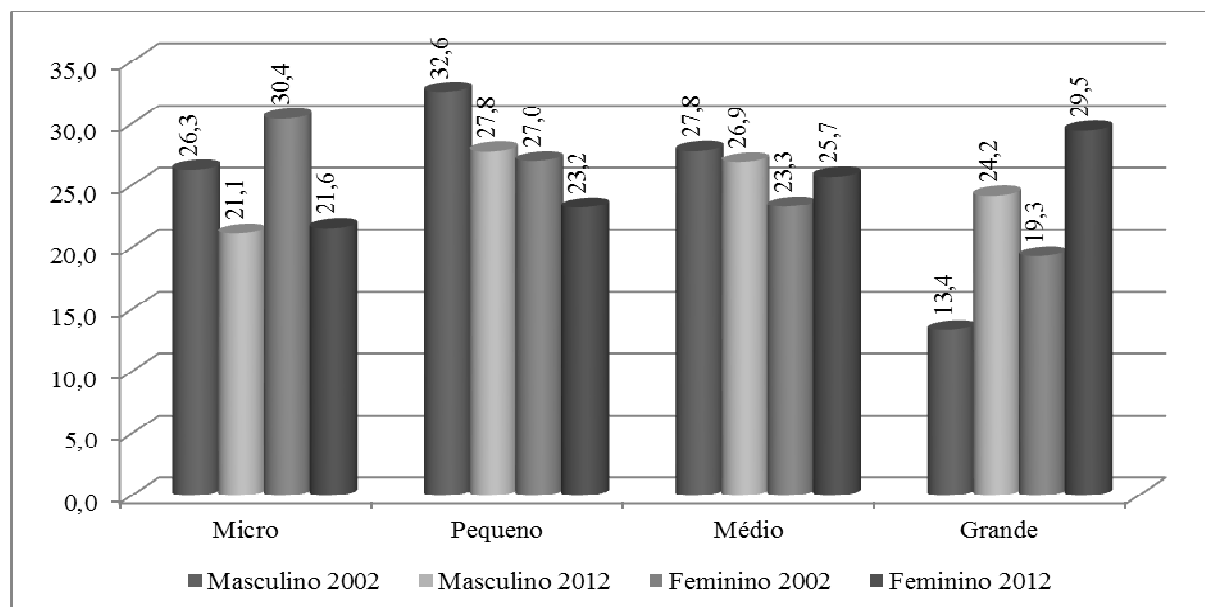


Gráfico 02: participação relativa de ocupados na construção civil brasileira segundo o tamanho do estabelecimento e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

O fato de o grande estabelecimento ter elevado sua participação relativa em ocupar mão de obra tanto masculina quanto feminina, pode ser justificada pelo avanço significativo das obras de infraestrutura brasileira, que, no mais das vezes, são executadas por grandes empresas do setor, possibilitando o ganho de participação desses grupos empresariais em ocupar mais mão de obra.

No que se refere ao faixa etária de ocupados na construção civil brasileira, os dados do gráfico 03 sugere semelhança no perfil etário. Há concentração na faixa etária de 30 a 39 anos tanto de homens quanto de mulheres. É nessa faixa etária, conforme Bruschini (2007), que se concentra a maior participação da PEA brasileira.

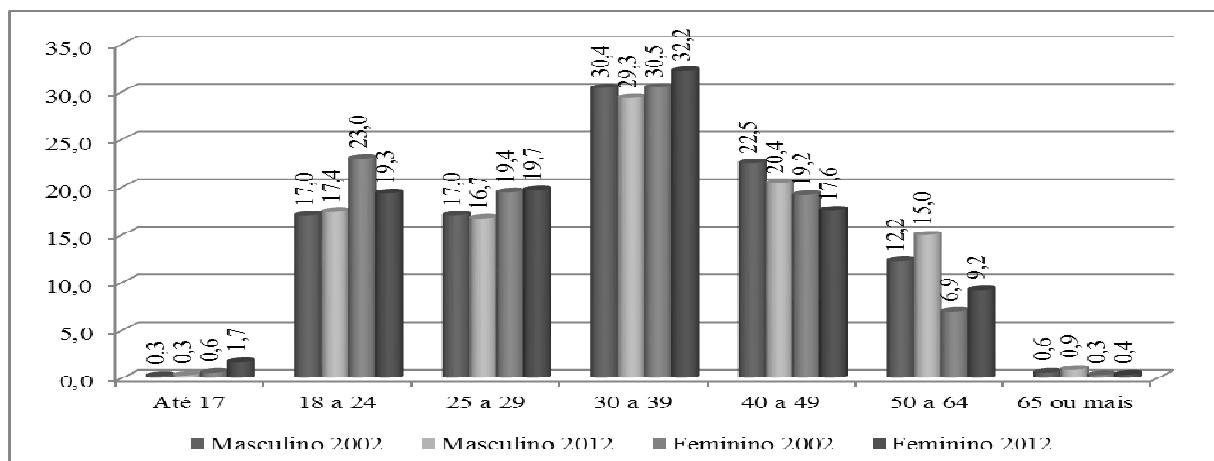


Gráfico 03: participação relativa de ocupados na construção civil brasileira segundo a faixa etária e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Na faixa etária de 18 a 24 anos e de 40 a 49 anos, conforme pode ser observado, acontece perda de participação relativa feminina, enquanto nas demais se eleva de um ano para o outro. Chama a atenção o aumento na participação relativa tanto de homens quanto de mulheres ocupados entre 50 a 64 anos. Conforme os dados, nessa faixa etária registraram-se 12,2% dos homens, em 2002, aumentando para 15,0%, em 2012. Já as mulheres, mesmo com menor participação, tinham-se 6,9% no primeiro ano, e 9,2% no segundo ano. Os dados sugerem a possível existência de reingresso de mão de obra qualificada, depois de algum tipo de aposentadoria. Podendo ser, por exemplo, engenheiros, arquitetos e outros profissionais do alto escalão da construção civil, já que pelas questões físicas, dificilmente o mercado absorveria força de trabalho para atuar em tal atividade com essa idade.

No que se refere à quantidade de horas contratada, conforme pode ser observado no gráfico 04, há forte concentração de ocupados trabalhando entre 41 e 44 horas, regime geral de trabalho no Brasil. Para a mão de obra masculina ocupada, mais de 97,0%, tanto em 2002 quanto em 2012, estavam com regime de contrato sob este sistema de horas/trabalho.

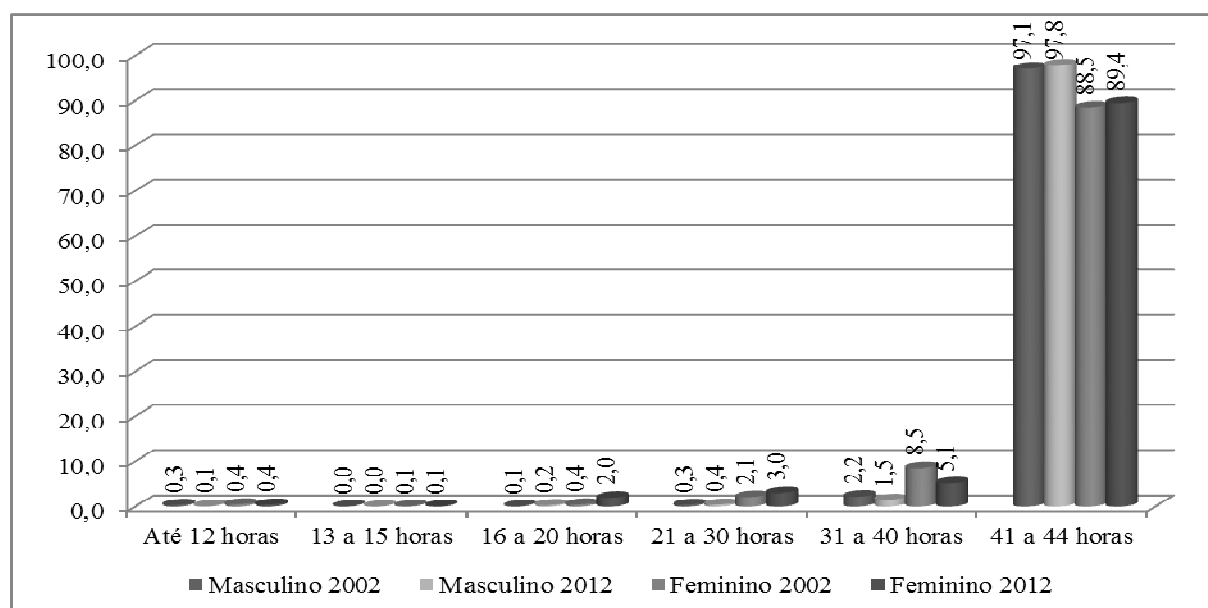


Gráfico 04: participação relativa de ocupados na construção civil brasileira segundo a faixa de hora contratada e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

No que se refere às mulheres, também há concentração de ocupadas na faixa de 41 a 44 horas semanais de trabalho. Aproximadamente 90,0% delas, em ambos os anos, atuavam sob esse regime. Além do mais, cabe destacar que entre 31 e 40 horas elas tinham participação não desprezível, porém reduzindo-se relativamente entre 2002 e 2012.

Outro dado que merece destaque é o tempo de permanência no emprego (Gráfico 05). Tanto homens quanto mulheres, menor para elas, há elevada participação de ocupados que deixaram os seus postos de trabalho em menos de 1 ano. Ademais, eleva-se a participação de ambos os sexos deixando os postos de trabalho no referido período, quando se compara o primeiro ao último ano.

Em 2002, 57,8% dos homens ocupados na construção civil brasileira deixavam os seus postos de trabalho em menos de um ano de contrato, aumentando para 59,4%, em 2012. As mulheres que representavam 39,8% no primeiro ano, elevam-se para 48,6% no último ano. Esses resultados permitem inferir sobre o elevado movimento de entrada e saída da força de trabalhadores no setor, dinâmica observada por Silva Filho e Queiroz (2013), ao mostrar que é um setor trabalho/intensivo e a substituição de mão de obra é relativamente fácil.

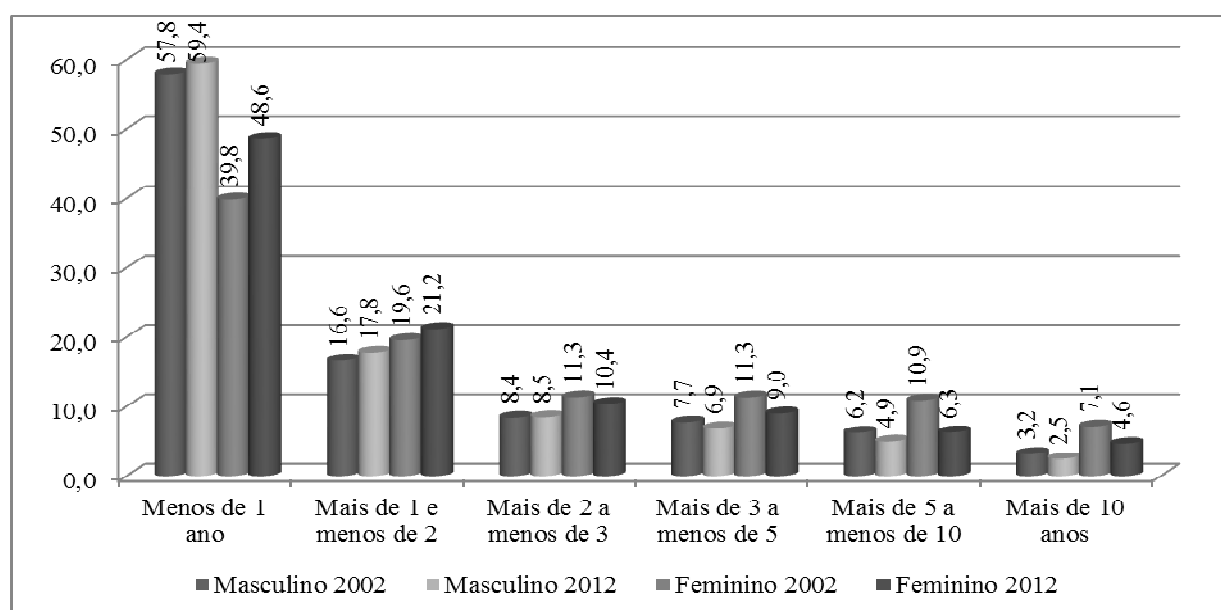


Gráfico 05: participação relativa de ocupados na construção civil brasileira segundo a faixa de tempo e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Ademais, entre aqueles que passavam mais de 1 e menos de 2 anos ocupados, também elevam-se relativamente suas participações, tanto para homens quanto para mulheres. Porém, superior para elas, já que eram 19,6% no primeiro ano e elevaram-se para 21,2% no segundo. Por sua vez, cabe destacar que para um período de contratação superior a 2 anos, reduziu-se a participação tanto de homens quanto de mulheres quando se compara o primeiro ao último ano. Isso, portanto, traduz o baixo tempo de permanência no emprego da construção civil brasileira, sendo, porém, um setor de atividade econômica relativamente instável no que concerne a geração e permanência de mão de obra ocupada.

No que se refere à escolaridade da mão de obra ocupada na construção civil brasileira, os dados do gráfico 06 mostram melhoria nas faixas mais elevada de escolaridade, em detrimento da redução da participação relativa nas primeiras faixas, tanto para homens quanto para mulheres. No entanto, é oportuno destacar que nas primeiras faixas, os homens são maioria em relação às mulheres. Já nas faixas mais elevadas, elas são maioria em relação aos homens. Tais resultados convergem com estudos anteriormente realizados, em que as

mulheres apresentam melhores níveis de escolaridade que os homens no mercado de trabalho brasileiro (MELO & SOARES, 2006; BRUSCHINI, 2007).

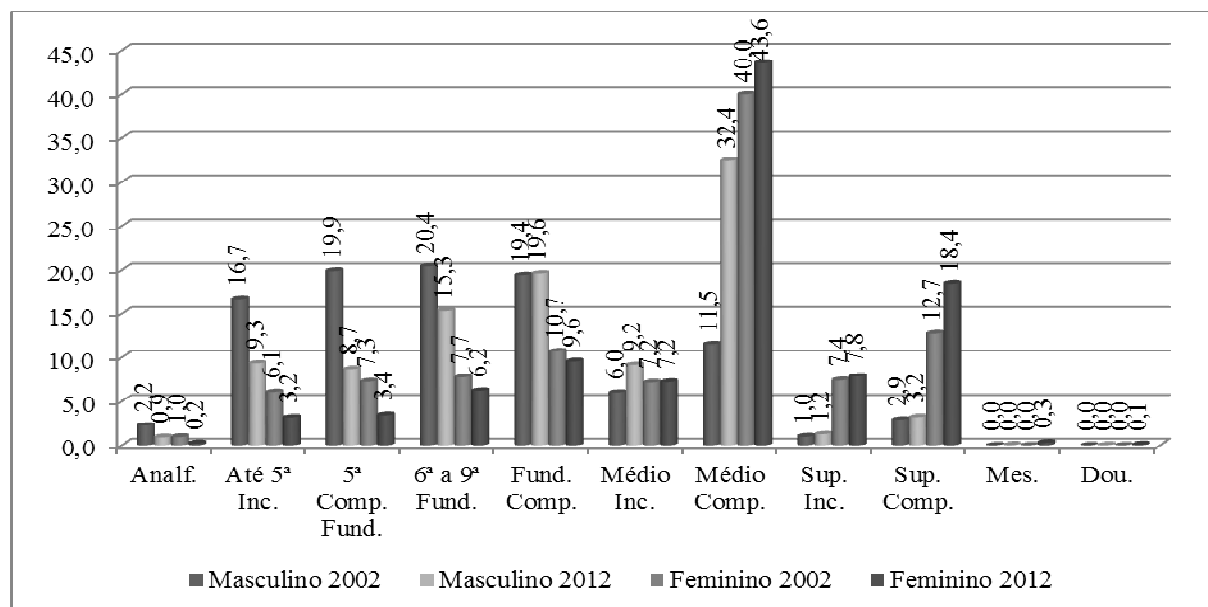


Gráfico 06: participação relativa de ocupados na construção civil brasileira segundo a faixa de escolaridade e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Conforme se observa, nas faixas de escolaridade a partir do ensino médio completo, as mulheres são relativamente maioria do que os homens. Ademais, é com o ensino médio completo que se registra os maiores percentuais de ocupados tanto masculino quanto feminino. No primeiro ano, enquanto 11,5% dos homens tinham o nível de escolaridade em análise, registraram-se 40,0% das mulheres na mesma situação. Já no segundo ano, registraram-se 34,2% dos homens contra 43,6% delas.

Chama a atenção, ainda, o ensino superior completo: enquanto no primeiro ano registraram-se 2,9% dos homens ocupados, as mulheres eram 12,7%. No segundo ano eleva-se sutilmente a participação masculina para 3,2%, enquanto as mulheres acentuam sua participação em 18,4% das ocupadas com o ensino superior. A partir dos dados, observa-se a escolaridade relativamente elevada das mulheres ocupadas na construção civil brasileira, em detrimento da baixa escolaridade dos homens.

No que se refere à remuneração média dos ocupados na construção civil brasileira, observa-se, no gráfico 07, que há elevada concentração nas primeiras faixas tanto para homens quanto para mulheres. Na primeira faixa de remuneração (até 1,0 salário mínimo) registram-se elevação na participação de homens e de mulheres quando se compara o primeiro ao último ano. Além disso, merece atenção o fato de as mulheres serem maioria relativa recebendo rendimentos nessa faixa de remuneração.

Na faixa de mais de 1,0 e até 2,0 salários mínimos, os registros conferem relativa semelhança nas participações de homens e mulheres. Destarte, cabe acrescentar que são significativas as participações de ocupados com remuneração nessa faixa, e cresceu entre os anos em análise. Em 2012, 52,4% dos homens e das mulheres ocupadas na construção civil brasileira auferiam rendimentos entre 1,0 e 2,0 salários mínimos.

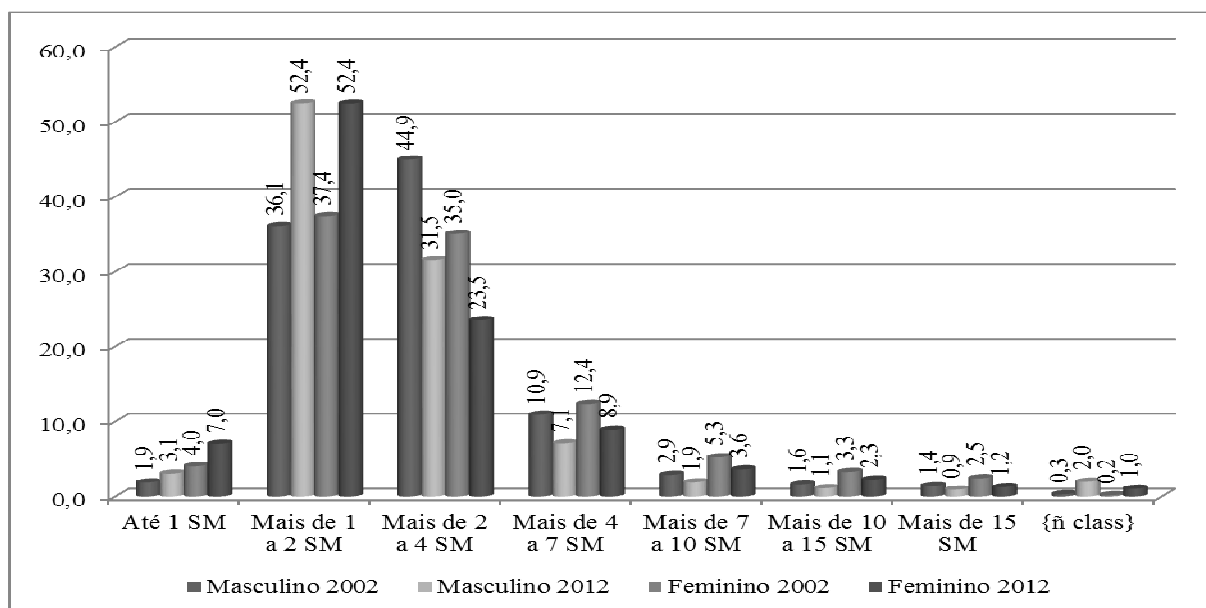


Gráfico 07: participação relativa de ocupados na construção civil brasileira segundo a faixa de remuneração e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Merece atenção o fato de que na faixa de mais de 2,0 a 4,0 salários mínimos, os homens são maioria relativa em relação às mulheres. Mas, nas faixas de mais de 4,0 salários mínimos, as mulheres são maioria relativa em detrimento aos homens. Isso se justifica pelo

fato de elas terem melhores níveis de escolaridade (vide Gráfico 06) e, consequentemente, melhores retornos salariais. Porém, é pertinente enfatizar que há redução relativa da participação de homens e mulheres, em todas as faixas de remuneração acima de 2,0 salários mínimos, quando se compara o ano de 2002 ao de 2012. Ou seja, mesmo com a melhora observada na escolaridade, a remuneração não responde no mesmo sentido (vide gráficos 06 e 07).

5. Indicadores da participação masculina e feminina no mercado de trabalho da construção civil no Brasil

Quando se analisa o período de 2002 a 2012, ocorreu maior variação para a força de trabalho feminina, em todas as regiões brasileiras, com destaque para a região Norte. Além disso, a maior variação para a mão de obra feminina bem como para a masculina foi registrada no Norte e Nordeste brasileiro. As obras de infraestrutura do Governo Federal e Estadual, e os programas habitacionais justificam tal dinâmica.

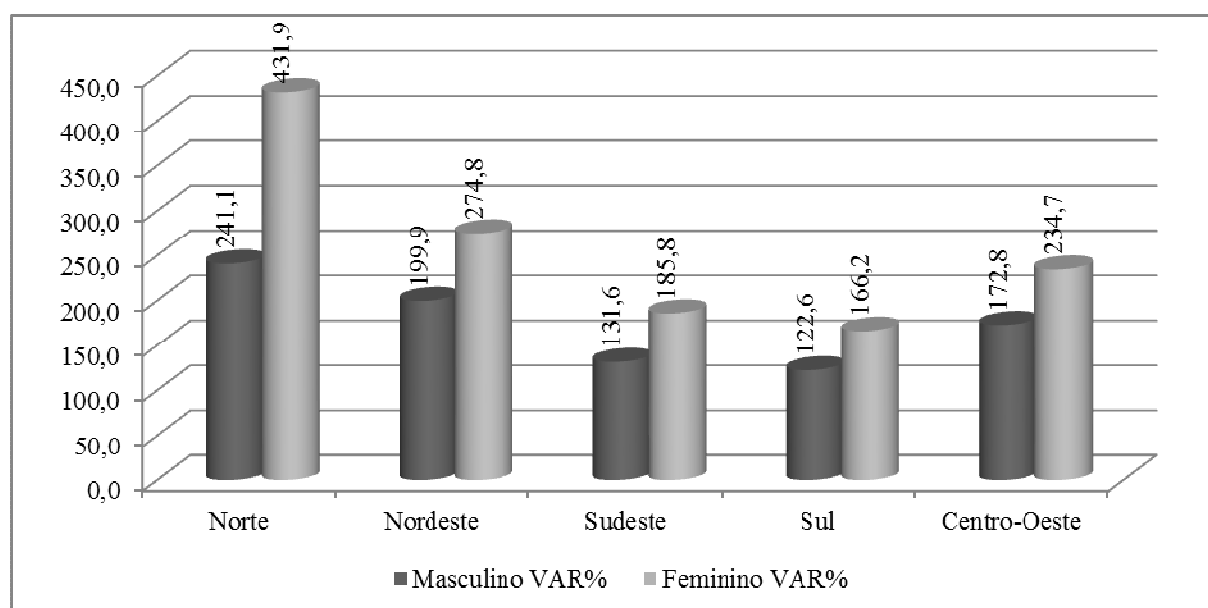


Gráfico 08: variação da participação de ocupados na construção civil brasileira segundo a região e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

No que se refere à variação da força de trabalho ocupada por tamanho do estabelecimento, os dados do gráfico 08 mostram variação positiva em todos os portes de estabelecimentos, tanto para mulheres quanto para homens, sendo que a variação feminina suplantou a masculina. Observa-se também, que à medida que amplia o tamanho do estabelecimento, maior é a variação.

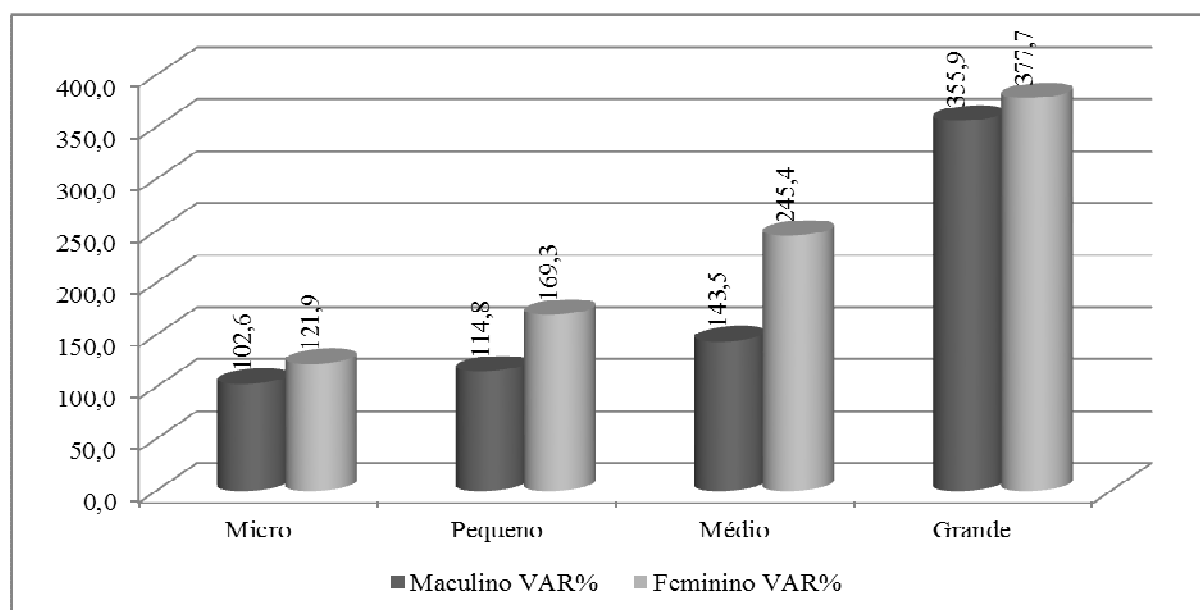


Gráfico 08: variação da participação de ocupados na construção civil brasileira segundo o tamanho do estabelecimento e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

No tocante à faixa etária (Gráfico 10), a variação feminina foi inferior à masculina somente em relação ao grupo etário acima de 65 anos. Ademais, é oportuno destacar que a maior variação ocorreu para as mulheres com até 17 anos de idade. Nessa faixa etária, a variação feminina ocorreu de forma acentuada (809,6%), com registros em termos absolutos de somente 438 mulheres, em 2002, aumentando para 3.984, em 2012.

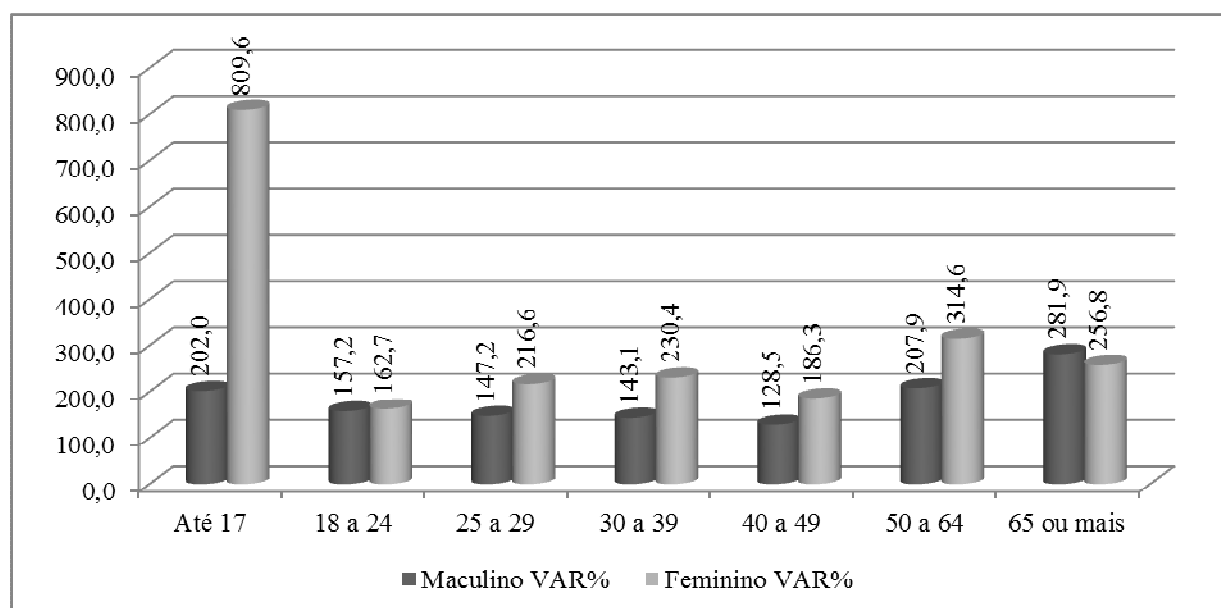


Gráfico 08: variação da participação de ocupados na construção civil brasileira segundo a faixa etária e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

No que se refere à quantidade de horas contratadas, mesmo ocupando baixa participação absoluta, a força de trabalho ocupada entre 16 e 20 horas foi a que apresentou a maior variação. Isso pode ser resultado dos contratos de menores aprendizes no setor de construção civil brasileira, já que a quantidade de horas, sobretudo dos mais jovens devem ser ao máximo reduzido. Esse fenômeno foi registrado tanto para homens quanto para mulheres.

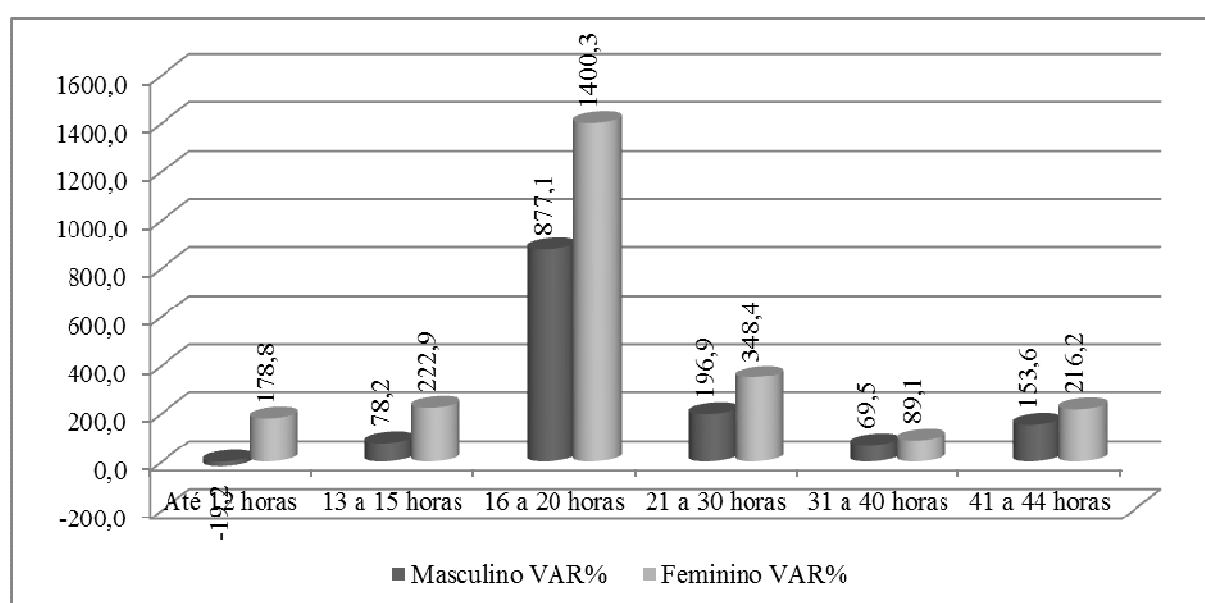


Gráfico 08: variação da participação de ocupados na construção civil brasileira segundo a faixa de horas contratada e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Além do mais, a variação feminina foi superior à masculina para todas as horas contratadas (vide gráfico 11). Mesmo tendo menor participação relativa de ocupadas com contratos de 41 a 44 horas semanais (Gráfico 04), as mulheres apresentaram a maior variação quando comparado à mão de obra masculina.

No que se refere ao tempo no emprego, os dados do Gráfico 12 mostram que a variação de ocupados do sexo masculino que permaneciam menos de 1 ano em seus postos de trabalho foi inferior a variação das mulheres. Ademais, a única faixa em que os homens apresentaram variação superior a feminina foi a de mais de 5 a menos de 10 anos.

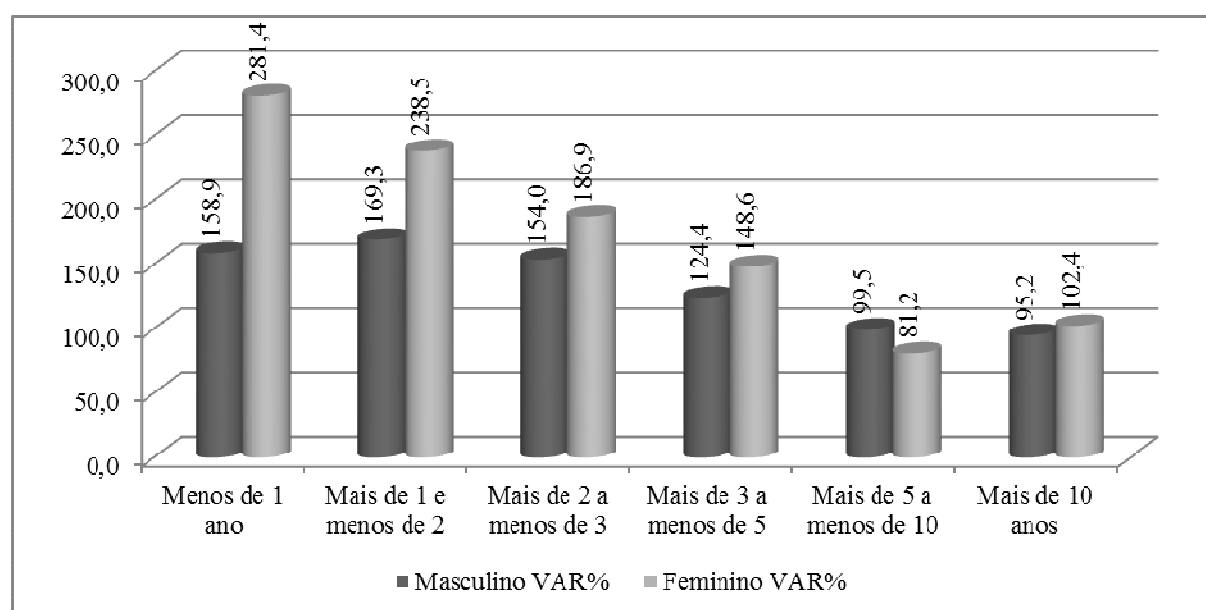


Gráfico 08: variação da participação de ocupados na construção civil brasileira segundo a faixa de tempo e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

É oportuno destacar que pela plotagem do gráfico 12, a intensidade com que as mulheres deixavam os seus postos de trabalho na construção civil era ligeiramente superior à masculina, sobretudo quando se observa as taxas de variação das primeiras faixas (até menos

de 3 anos). Isso mostra maior vulnerabilidade nos postos de trabalho feminino em relação ao masculino.

Adicionalmente, conforme plotado no gráfico 13, em termos educacionais, as mulheres têm maiores variação na maioria das faixas de escolaridade, exceção para o ensino médio incompleto e completo. Assim, concluímos que, na construção civil brasileira, as mulheres relativamente mais escolarizadas que os homens, ratificando os achados no gráfico 06.

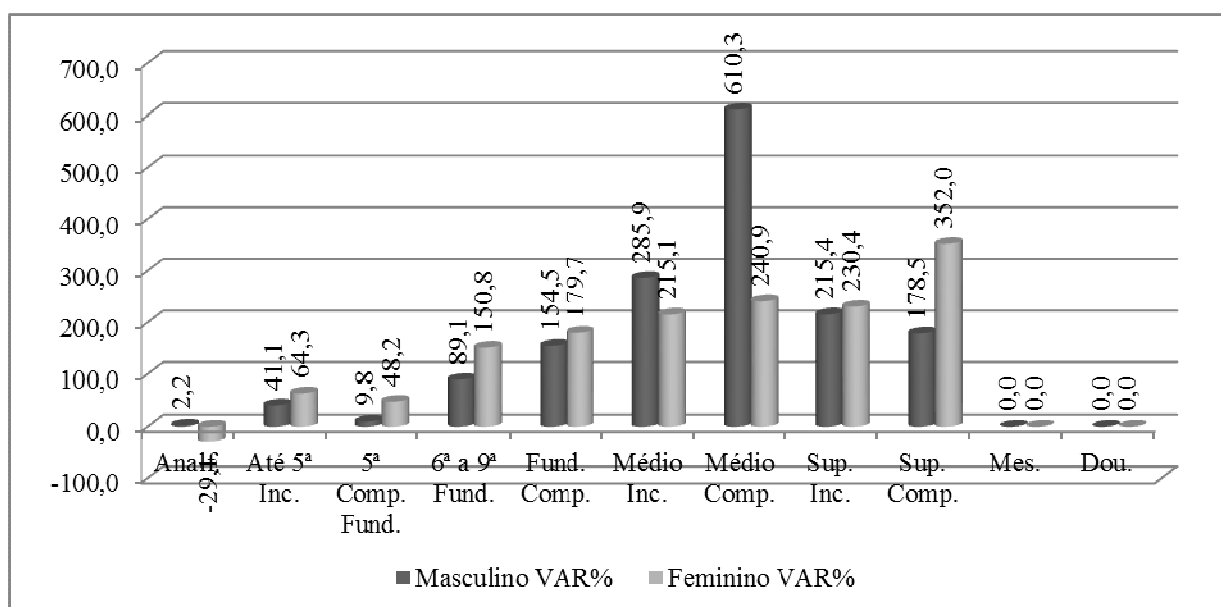


Gráfico 08: variação da participação de ocupados na construção civil brasileira segundo a escolaridade e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Além disso, é oportuno destacar que as maiores taxas de variação nas ocupações formais da construção civil ocorreram nas melhores faixas de escolaridade tanto para homens quanto para mulheres. Os resultados sugerem maior participação de ambos os sexos com melhor escolaridade no setor.

Com relação à ocupação por remuneração média, os dados do gráfico 14 mostram que à variação/crescimento da força de trabalho concentrou-se nas menores faixas salariais.

Ademais, em todas elas, com exceção daquela que remunera mais de 15 salários mínimos, a variação feminina foi superior à masculina no período em tela.

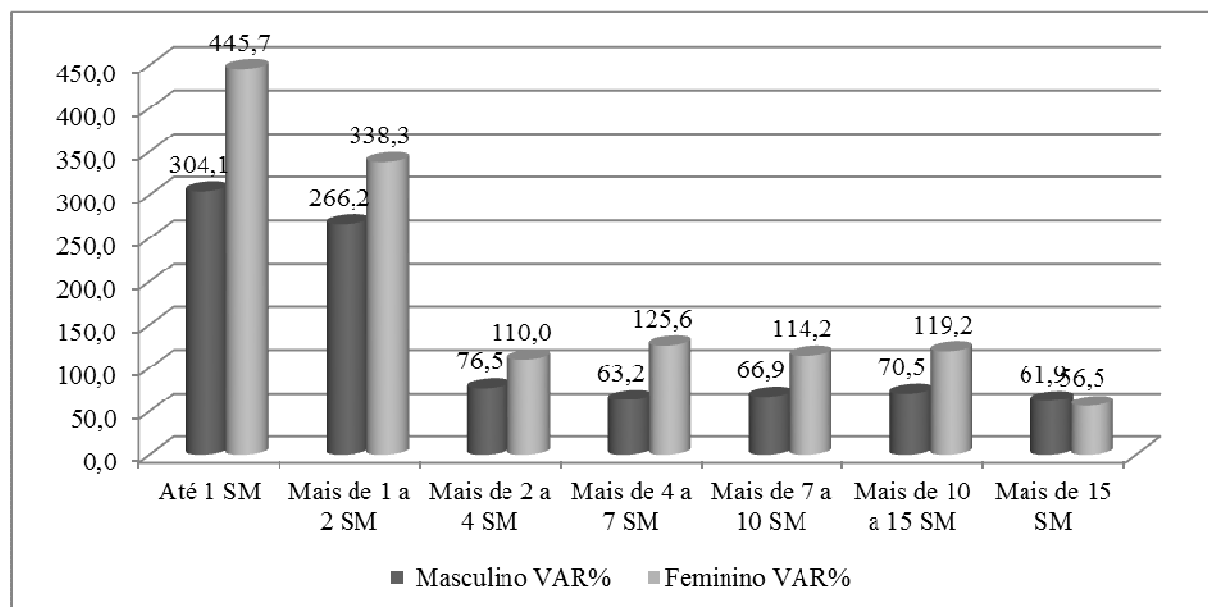


Gráfico 08: variação da participação de ocupados na construção civil brasileira segundo a faixa de remuneração e o sexo – 2002/2012.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Nesse cenário, a intensidade com que ocorreu variação nas menores faixas, revela que as oportunidades de criação de postos de trabalho na construção civil brasileira são para as vagas que remuneram pouco. Por outro lado, mostra que as mulheres, paulatinamente, ganham espaço nesse ‘lôcus’ masculino.

6. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar o mercado de trabalho na construção civil brasileira, segundo o sexo dos ocupados. Os dados da RAIS/MTE revelam participação feminina absolutamente inferior à masculina, mas com um quadro de relativa melhora da participação delas, traduzida na maior variação para as mulheres nos anos em tela.

Segundo grande região, o maior crescimento relativo de mulheres inseridas na construção civil foi no Norte brasileiro, mas, em termos absolutos, a maior participação feminina permanece no Sudeste. Ademais, foi possível observar expressiva participação de ocupados na construção civil Nordestina, sendo essa a segunda região em ocupação de força de trabalho no setor.

Em relação à participação de homens e mulheres por porte de estabelecimentos, os dados sugerem maior participação relativa feminina nos estabelecimentos de grande porte. Além do mais, tanto homens quanto mulheres se concentram sobremaneira na faixa etária de 30 a 39 anos, com contrato de trabalho sob regime de 41 a 44 horas semanais.

Adicionalmente, foi constatado elevada rotatividade tanto masculina quanto feminina, já que mais de 50,0% dos homens e aproximadamente 50,0% das mulheres deixaram seus postos de trabalho em menos de 1 ano, nos anos observados. Além do mais, a escolaridade das mulheres ingressadas na construção civil brasileira é mais elevada em detrimento a masculina. Todavia, a remuneração média é sobremaneira acentuada nas primeiras faixas salariais tanto para homens quanto para mulheres. Porém, elas são maioria relativa nas faixas de menores rendimentos, mesmo diante de um quadro de redução relativa para eles e para elas, quando se alude o primeiro ao último ano.

Em relação à variação, registraram-se maiores taxas para as mulheres em quase todos os grupos observados. Assim, foi possível constatar em termos absolutos e relativos aumento na participação feminina na construção civil brasileira, entre 2002 e 2012. Todavia, tal atividade permanece como reduto quase exclusivo para o sexo masculino, portanto, é necessário que homens e mulheres possam concorrer aos postos de trabalho em situação de igualdade.

7. Referências bibliográficas

ABRAMO, L.. A situação da mulher Latino Americana. In: DELGADO, G. (org) Mulher e trabalho: experiência de ação afirmativa. Bomtempo: editorial, 2000.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14. Anais... Caxambu: ABEP, 2004.

BILAC, E. D. Trabalho e reprodução cotidiana: Apresentação. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, (11)2, 1994.

BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, n.110, p.67-104, jul. 2000.

BRUSCHINI, M. C. A.. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, nº 132, p. 537-572. Set/dez, 2007.

BRUSCHINI, M. C. A.. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? Revista Brasileira de Estudos de População, v.24, n. esp., 2006. discussão n. 764.

GONÇALVES, M. E.; PEREZ, E. R.; WAJNMAN, S.. Taxas de participação (formal e informal) feminina no mercado de trabalho das regiões Sudeste e Nordeste: uma análise a partir das PNADs, 1992-2002. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais..., ABEP, 2004.

IKEDA, Marcelo. “Segregação por gênero” no mercado de trabalho formal. In: Revista do BNDES, vol.7, n.13, junho/2000, Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

IBGE (2012). Pesquisa Mensal de Emprego – PME. Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf. Acesso em 21.03.2013.

LAVINAS, Lena. Emprego Feminino: o que há de novo e o que se repete. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.41-63, 1997.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. E. de A.. População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 17., 2010, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2010.

LEONE, E.T. 2003. O trabalho da mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: M.W. PRONI; W. HENRIQUE (orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo, Editora UNESP; Campinas, SP, Instituto de Economia da UNICAMP, p. 199-230.

MELO, H. O trabalho industrial feminino. Rio de Janeiro: IPEA. 2000. Texto para

MELO, H. P.; SOARES, C.. Perfil das mulheres negras brasileiras 1992/2002. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais...,

NEVES, M. A.. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I. B. (org) Trabalho e Gênero. V. 34, São Paulo, 2000.

SILVA FILHO, L. A.; CLEMENTINO, M do L. M.. Considerações sobre o perfil sócio-ocupacional nas regiões metropolitanas do Nordeste – 2001/2008. XII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET). **Anais...** João Pessoa – PB, 2011.

SORJ, B.. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2000.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B. L.; LIBERATO, V. C.. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...**, 1998.

WAJNMAN, S. PERPÉTUO, I.H. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, 1997.